

<p>estavam em estudo pela Secretaria Municipal de Habitação no ano de 2015. A conselheira Monica diz que o empreendimento citado é “Minha casa, minha vida”, entretanto, não tem destinação para as famílias inseridas no atendimento habitacional definitivo de Paraisópolis.</p>	<p><i>DTS-SUL</i></p> <p>Conselheira Mônica</p>	
<p>Michele, representante da SVMA, acentuou que o ideal é aguardar algum representante da COHAB ou SEHAB, para explicar com autenticidade sobre o assunto. Ainda informou que dado à área ser particular, se o negociador entende que o dinheiro que a prefeitura ofertou não é interessante, ele pode vender o terreno a outro.</p>	<p>Conselheira Michele</p>	
<p>Conselheira Monica reforçou que todos estão a aproximadamente 09 (nove) semanas no aguardo sobre uma resposta ou comparecimento de um representante COHAB/SEHAB para explicação sobre as áreas e também solicitou que atentássemos aos números expostos na apresentação, visto que se anteriormente tínhamos a possibilidade de construir 5.800 moradias designadas às famílias do auxílio aluguel, agora temos 4.300, devido à perda de dois terrenos.</p>	<p>Conselheira Mônica</p>	<p>Aguardo sobre uma resposta ou comparecimento de um representante COHAB/SEHAB</p>
<p>Katia enfatizou que a Prefeitura terá que ofertar atendimento as famílias mencionadas, uma vez que foi firmado um compromisso aplicado no início do projeto de área, e que o estudo de área é sempre passível de revisão.</p>	<p><i>Assistente Social Kátia DTS-SUL</i></p>	<p>Firmado um compromisso de atendimento habitacional.</p>
<p>Conselheira Monica demonstrou preocupação com a morosidade da publicação do regimento interno, e indagou se o Conselho Gestor já está formalizado, Alexia informou que o Conselho já foi publicado no Diário Oficial, por conseguinte, já está reconhecido, Katia complementou afirmando que a legislação prevê que a partir da primeira reunião o Conselho Gestor já possui aplicabilidade.</p>	<p>Conselheira Mônica</p>	<p>Preocupação com a morosidade da publicação do regimento interno</p>
<p>Novamente surge a dúvida referente ao regimento interno não abranger a ZEIS 3, e a inquietação de “perder” essas áreas, se não for aprovado a ZEIS de referencia no Regimento.</p>		
<p>Conselheira Michele, reforçou aos presentes que a equipe de SEHAB pleiteou a vinda de um representante de COHAB para esclarecer sobre os terrenos, e o Conselho entende que a resposta encaminhada por e-mail não está contento, diante dessa resposta o Conselho pode pleitear a vinda de outros representantes, já que houve um estudo em 2.015, e após 4 (quatro) anos é necessário um novo estudo para entender se todas essas etapas foram cumpridas ou não, assim a discussão se torna organizada e sem apontamentos, visto que o Conselho Gestor tem como papel uma construção conjunta e técnica. Certificou que as Secretarias</p>	<p>Conselheira Michele</p>	<p>Pleito de vinda do Secretário ou alguém do gabinete</p>

<p>sofreram cortes de orçamento, inclusive SEHAB, o que dificultou a continuidade do trabalho previsto há ao longo dos anos.</p> <p>Foi sugerida pela Conselheira Michele uma elaboração de um documento para solicitar a SEHAB um esclarecimento sobre esse estudo, uma vez que o Conselho Gestor não tem acesso aos processos e precisa saber se está sendo realizado.</p> <p>O Conselheiro José Manoel sugere que o Conselho Gestor elabore um documento para encaminhamento ao Ministério Público sobre a área de intervenção, entretanto, Michele declarou ter tido uma experiência recente com o Ministério Público, no qual, soube que o órgão está com uma demanda ampla de trabalho, sendo assim, alegou que o Conselho Gestor tem aptidão pra solicitar uma explicação.</p> <p>No encerramento da discussão Alexia e Katia propuseram criar um SEI, em virtude do processo eletrônico trabalhar com a lei da transparência e por ser um meio de todos os Conselheiros acompanharem progressivamente a resolução. O SEI vai ser aberto e o número gerado será encaminhado por e-mail para acesso de todos.</p> <p>A Conselheira Monica retomou ao regimento interno, e solicitou que seja alterado para cinco dias uteis a convocação da reunião pelo coordenador do Conselho Gestor, com reenvio da ata da reunião anterior para leitura, discussão e aprovação. Alexia relatou que a Conselheira Monica encaminhou um e-mail com indagações a respeito da PL 592/2016 do Vereador Eliseu Gabriel que trata da ampliação do Parque Paraisópolis, foi esclarecido que essa solicitação passou por duas comissões, a primeira comissão deu parecer favorável à preservação ambiental e a segunda comissão dá um posicionamento desfavorável para ampliação do parque, uma vez que se trata de área para Habitação de Interesse Social.</p> <p>Michele, representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente proferiu detalhadamente sobre a área. O parque Paraisópolis já havia sido pleiteado há algum tempo e tem processo executivo contratado para a realização do Parque, o que falta é somente o orçamento para a implantação, que não aconteceu por falta de recurso, motivo pela qual a ampliação não foi aprovada. A Conselheira Isabel declarou que o Parque, além da mata possui uma nascente e assim deve permanecer, em razão de ser uma área da DEPLAN (Departamento de Planejamento Ambiental), que atua na preservação ambiental, explanou que as únicas implantações serão à entrada do parque, a administração com sanitários,</p>	<p>Conselheiro José Manoel</p> <p><i>Assistente Social Kátia DTS-SUL</i></p> <p>Conselheira Monica</p> <p>Conselheira Michele</p> <p>Conselheira Isabel</p>	<p>Elaboração de um documento para solicitar a SEHAB um esclarecimento sobre esse estudo de reassentamentos</p> <p>Propuseram a criação de um SEI.</p> <p>Solicitação que seja alterado para cinco dias uteis a convocação da reunião pelo coordenador do Conselho Gestor</p> <p>Ampliação do Parque Paraisópolis</p>
---	---	---

